



ENTRE NÚMEROS E REALIDADES: O SANEAMENTO BÁSICO NA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE OURO PRETO (MG)

Marcelo Henrique Pereira Matos Braga¹ - Milena Granato Neves² - Denilson Junio Marques Soares³

RESUMO

O estudo analisa a percepção da população de Ouro Preto, Minas Gerais, sobre os serviços de saneamento básico, em um contexto marcado pela privatização do abastecimento de água e do tratamento de esgoto, concedidos a uma empresa privada em 2019. A pesquisa adotou abordagem quantitativa e descritiva, complementada por elementos qualitativos que permitiram compreender a experiência cotidiana dos moradores. O instrumento de coleta consistiu em um questionário estruturado com 34 itens, aplicado presencialmente a 247 participantes de diferentes bairros, faixas etárias e níveis de escolaridade. Os resultados revelaram um quadro generalizado de insatisfação: 88,26% consideram injusto o valor da tarifa, 77,33% já enfrentaram falta d'água e 71,66% não confiam na qualidade do abastecimento. O tratamento de esgoto foi avaliado como “muito ruim” por 61,94% dos respondentes, e a coleta seletiva mostrou-se ausente em quase metade das ruas investigadas. Tais achados evidenciam desigualdades territoriais e fragilidades na gestão do saneamento, distanciando o discurso de eficiência da realidade vivida pelos usuários. Além do diagnóstico social, a pesquisa contribuiu para a formação crítica dos estudantes envolvidos, que vivenciaram o processo investigativo como prática científica e cidadã. Conclui-se que a investigação articulou ensino, território e cidadania, reafirmando o saneamento como direito coletivo e a educação estatística como instrumento de leitura e transformação social.

Palavras-chave: Saneamento básico. Privatização. Educação estatística. Justiça socioambiental. Cidadania.

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em Geografia do IFMG Campus Ouro Preto

² Estudante do Curso Técnico Integrado em Administração do IFMG Campus Ouro Preto

³ Doutor em Educação, Professor no Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto



1 INTRODUÇÃO

O saneamento básico é um direito humano fundamental e um dos principais indicadores de qualidade de vida, saúde pública e justiça social. Apesar dos avanços legais estabelecidos pelo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020), que estabelece metas de universalização até 2033, persistem grandes desigualdades no acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de resíduos no Brasil. Em cidades históricas e de relevo acidentado, como Ouro Preto (MG), esses desafios são ainda mais evidentes, refletindo vulnerabilidades territoriais e sociais que afetam diretamente o cotidiano da população.

Nesse contexto, a privatização dos serviços de água e esgoto pela empresa Saneouro, em 2019, gerou intensos debates públicos sobre tarifas, qualidade do abastecimento e eficácia da gestão. A substituição do antigo serviço municipal por uma concessionária privada reconfigurou a relação entre Estado, empresa e cidadão, levantando questionamentos sobre a efetividade das promessas de eficiência e universalização (ONUZIŁ et al. 2024).

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo compreender a percepção da população de Ouro Preto sobre os serviços de saneamento básico, analisando como os moradores avaliam o acesso, a qualidade e a equidade desses serviços após a privatização. O estudo também buscou identificar desigualdades territoriais e socioambientais associadas à prestação do serviço e ao reconhecimento do saneamento como direito coletivo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e descritiva, complementada por elementos qualitativos que permitiram interpretar as percepções da população de Ouro Preto (MG) sobre os serviços de saneamento básico. O estudo foi desenvolvido por estudantes da Licenciatura em Geografia do IFMG – Campus Ouro Preto, no âmbito da metodologia NEPSO (Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião), que integra ensino, pesquisa e intervenção social (LIMA et al., 2012). Essa perspectiva pedagógica possibilitou que os licenciandos participassem ativamente de todas as etapas do processo investigativo, da elaboração do instrumento à análise



dos resultados, compreendendo a pesquisa de opinião como uma prática formativa, científica e cidadã.

O instrumento de coleta consistiu em um questionário estruturado com 34 itens, elaborado e validado pelos próprios estudantes, abordando temas como perfil socioeconômico dos respondentes, qualidade da água, tratamento de esgoto, drenagem urbana, frequência de interrupções no abastecimento e confiança na concessionária responsável. A aplicação foi realizada presencialmente, por meio de entrevistas diretas com 247 moradores de diferentes bairros, faixas etárias e níveis de escolaridade, buscando captar percepções diversificadas sobre a prestação dos serviços.

A amostragem foi não probabilística por conveniência, adequada à natureza exploratória da pesquisa e às condições logísticas do trabalho de campo. Os dados foram tabulados e analisados com base em estatística descritiva (frequências e percentuais), sendo as respostas abertas submetidas a análise de conteúdo temática, de modo a integrar as dimensões quantitativas e qualitativas das percepções coletadas.

3 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa revelam um quadro generalizado de insatisfação com os serviços de saneamento básico em Ouro Preto (MG) após a privatização realizada em 2019. A maioria dos entrevistados (88,26%) considera injusto o valor cobrado pela tarifa de água, e 77,33% relataram interrupções no abastecimento em algum momento, sendo que, em diversos casos, a falta d'água persistiu por mais de 24 horas. Além disso, 71,66% afirmaram não confiar na qualidade da água consumida, apontando alterações perceptíveis no sabor e na coloração — um indicativo de perda de credibilidade da concessionária Saneouro entre os moradores.

Quanto ao tratamento de esgoto, 61,94% avaliaram o serviço como “muito ruim”, mesmo entre os domicílios ligados à rede pública. Essa percepção sugere que a cobertura do sistema não se traduz em eficiência, revelando lacunas entre infraestrutura existente e efetividade operacional. No que diz respeito à drenagem urbana, 49,39% classificaram o serviço como ruim e 57,89% afirmaram que a limpeza de bueiros nunca é realizada. A coleta seletiva também foi considerada insuficiente, estando ausente em 44,94% das ruas dos participantes.



Esses resultados evidenciam desigualdades territoriais significativas: bairros centrais e de maior renda apresentaram melhores condições de saneamento, enquanto áreas periféricas e de topografia acentuada enfrentam maior vulnerabilidade socioambiental (HARVEY, 2012). A ocorrência de alagamentos e proliferação de pragas urbanas foi mencionada com frequência nos relatos, indicando efeitos diretos da precariedade dos serviços sobre a saúde e a qualidade de vida da população.

As respostas abertas reforçaram esse diagnóstico, apontando descrédito nas ações do Saneamento, críticas ao aumento das tarifas e percepções de que o poder público perdeu capacidade de controle e fiscalização sobre o serviço. Muitos entrevistados manifestaram sensação de abandono e ausência de canais de diálogo com a empresa, o que amplia a distância entre gestão e cidadania.

A análise dos resultados revela, portanto, um descompasso entre o discurso de eficiência associado à privatização e a experiência concreta dos usuários, cujas vivências cotidianas denunciam falhas de gestão, comunicação e equidade territorial. A promessa de universalização e melhoria dos serviços não se efetivou na percepção popular, e o direito ao saneamento continua sendo desigualmente garantido.

Do ponto de vista educacional, a sistematização e a análise dos dados possibilitaram que os estudantes envolvidos no projeto desenvolvessem competências técnicas e interpretativas, compreendendo a Estatística como instrumento de leitura crítica da realidade. O exercício de coleta, organização e interpretação de dados reais fortaleceu a articulação entre ciência, território e cidadania, permitindo que os futuros professores de Geografia reconhecessem o potencial da pesquisa empírica como prática pedagógica e socialmente transformadora (FREIRE, 1996).

4 CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou que a privatização do saneamento em Ouro Preto não resultou em melhorias percebidas pela população, que continua a enfrentar interrupções no abastecimento, tarifas elevadas e desconfiança quanto à qualidade da água e do tratamento de esgoto. As desigualdades territoriais permanecem marcantes, com bairros periféricos e socialmente vulneráveis apresentando condições muito inferiores às das áreas centrais. Esses



achados revelam um distanciamento entre o discurso de eficiência atribuído à gestão privada e a realidade cotidiana dos moradores, reforçando a necessidade de políticas públicas mais transparentes, fiscalizadas e orientadas pelo princípio do direito universal ao saneamento.

Do ponto de vista educacional, o projeto consolidou-se como uma experiência significativa de formação, ao integrar ensino, pesquisa e compromisso social. A participação ativa dos licenciandos em todas as etapas da investigação possibilitou compreender a Estatística como linguagem crítica para interpretar a realidade, fortalecendo a articulação entre ciência, território e cidadania. Assim, o estudo cumpriu duplo papel: produzir um diagnóstico social relevante e promover a formação de professores conscientes do poder transformador da pesquisa e da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.** Atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e altera as Leis nº 9.984/2000, nº 10.768/2003, nº 11.107/2005 e nº 12.305/2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LIMA, Ana Lúcia; MAZAGÃO, Vera; CATELLI JR., Roberto; HADDAD, Sérgio; MENDONÇA, Zuleica. **Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião: práticas e aprendizagens de professores e alunos.** São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2012.

ONUZYK, N. C.; MIKAEL-SILVA, T.; MODENA, C. M.; HELLER, L. A mídia jornalística e as formações discursivas sobre a privatização dos serviços de água e esgoto em Ouro Preto, Minas Gerais. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 12, n. 32, p. 684–711, 2024.